

GEOECONOMIA SOBERANA DO TRÁFICO DE DROGAS

Na última semana, a administração do presidente Donald Trump deu mais um passo em sua política de combate às organizações criminosas transnacionais. O secretário de Estado, Marco Rubio, designou o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações enquadradas no âmbito das *Foreign Terrorist Organizations* (FTO) e dos *Specially Designated Global Terrorists*. A medida entra em vigor em 5 de junho.

O efeito prático da decisão norte-americana é a criação de um novo enquadramento jurídico e jurisdicional, ampliando as consequências para bancos, empresas e operadores financeiros que mantêm relações com indivíduos ou estruturas vinculadas a essas organizações. A classificação como entidades terroristas transnacionais permite sanções financeiras mais severas, bloqueio de ativos, rastreamento de recursos e intensificação da cooperação internacional em inteligência e segurança.

A reação do governo brasileiro foi imediata. Acusou os Estados Unidos de ferirem a soberania nacional e de criarem uma interpretação jurídica que poderia justificar futuras intervenções em território brasileiro. O debate relevante, porém, está em outro lugar.

Segundo dados da *European Union Drugs Agency* (EUDA), cerca de 517 toneladas de cocaína chegam anualmente à Europa a partir do Brasil, movimentando aproximadamente R\$ 115 bilhões por ano. Desse total, apenas 45 toneladas foram apreendidas pelas autoridades.

O Brasil tornou-se uma das principais plataformas logísticas do narcotráfico internacional, servindo como corredor para remessas destinadas à Europa, à África e a outras regiões do mundo. Esse posicionamento não é acidental: resulta da combinação entre extensão territorial, fronteiras porosas com os países produtores andinos e a capacidade portuária de escoar carga em escala industrial.

Todo o orçamento de defesa brasileiro gira em torno de R\$ 140 bilhões por ano. Aproximadamente 88% desse valor é consumido pelo pagamento de militares da ativa, aposentados e pensionistas. Sobram pouco mais de R\$ 17 bilhões para aquisição e manutenção de equipamentos, e o governo acaba de anunciar o corte de R\$ 4,4 bilhões no orçamento da defesa.

A assimetria é evidente. De um lado, um Estado com margem orçamentária estreita para rearmar suas forças. De outro, organizações que reinvestem lucros bilionários sem qualquer restrição fiscal ou prestação de contas.

A dimensão financeira desse mercado explica o emprego de semissubmersíveis, drones, granadas, armamentos de uso militar restrito e outras tecnologias cada vez mais presentes nas operações do crime organizado.

Com sua capacidade financeira, PCC e Comando Vermelho expandiram-se para o garimpo ilegal, a exploração clandestina de minerais críticos, o contrabando de commodities e crimes ambientais.

São organizações que controlam territórios, impõem regras próprias, constroem autoridades e desafiam o poder do Estado.

O problema deixou de ser apenas policial. O fenômeno atravessa fronteiras, movimenta bilhões de reais, influencia economias locais e alcança áreas estratégicas.

Ainda assim, a resposta oficial costuma se concentrar no discurso da soberania.

Soberania depende da capacidade concreta de produzir e fazer cumprir a lei. Quando grupos armados exercem controle territorial, movimentam recursos em escala transnacional e impõem sua própria ordem, o que está em jogo não é mais a defesa de uma fronteira diplomática.

É justamente aqui que surge uma antiga pergunta aristotélica:

Quem governa?

- **Soberania esvaziada:** Soberania real exige controle territorial, capacidade de coerção legítima e aplicação efetiva da lei.
- **Crime bilionário:** PCC e Comando Vermelho operam em escala financeira, logística e tecnológica superior à capacidade de resposta do Estado.
- **Estado paralelo:** A defesa nacional enfrenta orçamento limitado, despesas rígidas e cortes, enquanto facções reinvestem lucros ilícitos em armas, tecnologia, logística e expansão territorial.

